

Relato de experiência

Perfil sociodemográfico de pessoas trans acompanhadas pelo serviço de atenção especializada e transdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo

Socio-demographic profile of trans persons followed by the specialized and transdisciplinary care service of the Federal University of Sao Paulo

Nicole de Moraes Fechio^{id}, Nathan Lyrio de Oliveira^{id}, Marcelo Cardoso Zappitelli^{id}, Danielle Herszenhorn Admoni^{id}, Ísis Gois^{id}, Denise Leite Vieira^{id}, Natalia Tenore Rocha^{id}, Camillo de Souza Miranda Lima^{id}, Mariana da Rosa Borges^{id}, Adriano Guimarães Brasolin^{id}, Renata Rangel Azevedo^{id}, Magnus R. Dias da Silva^{id}

Universidade Federal de São Paulo, Hospital Universitário II, Ambulatório do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina, Núcleo TransUnifesp, São Paulo, São Paulo, Brasil

Autor para correspondência

Magnus R. Dias da Silva

E-mail: mrdsilva@unifesp.br

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Endereço: Rua Pedro de Toledo, 669, CEP 04032-032. São Paulo, São Paulo, Brasil

Como citar

Fechio NM, Oliveira NL, Zappitelli M, Admoni DH, Gois I, Vieira DL, Rocha NT, Lima CSM, Borges MR, Brasolin AG, Azevedo RR, Dias-da-Silva MR. Perfil sociodemográfico de pessoas trans acompanhadas pelo serviço de atenção especializada e transdisciplinar da Universidade Federal de São Paulo. BEPA, Bol. epidemiol. paul. 2023; 20: e38974. doi: <https://doi.org/10.57148/bepa.2023.v.20.38974>

Primeira submissão: 01/12/2022 • Aceito para publicação: 15/02/2023 • Publicação: 26/05/2023

Editora-chefe: Regiane Cardoso de Paula

Resumo

Introdução: O ambulatório do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa trans Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo - Núcleo TransUnifesp (NTU) - desenvolve um conjunto de atividades transdisciplinares sobre transgeneridade e intersexualidade. Sua equipe é composta por profissionais de diferentes áreas que possuem como diretriz o cuidado do sujeito em sua integralidade. **Objetivos:** Descrever, na forma de relato de experiência, o perfil sociodemográfico das pessoas atendidas. **Métodos:** Estudo transversal exploratório sobre as características sociodemográficas das pessoas atendidas no ambulatório do NTU entre 2017 e 2022 (5 anos). As informações foram obtidas por autodeclaração a partir do preenchimento do cadastro por ocasião do acolhimento. **Resultados:** Dos 255 cadastros, verificamos que a idade das pessoas variou de 18 aos 73 anos (média 29,8 anos). Dessas, 109 (42,5%) declararam terem feito a retificação de seus documentos. Quanto à raça/cor, 143 (56,0%) se declararam brancas, 66 (25,8%) pardas, 29 (11,3%) pretas, 4 (1,5%) amarelas, 3 (1,1%) indígenas e de 10 (3,9%) não obtivemos informação. Do total, 191 (74,9%) referiram ser casadas, 48 (18,9%) solteiras e 16 (6,2%) não informaram. Em relação ao gênero, 122 (47,8%) são mulheres, 87 (34,1%) homens trans, 22 (8,6%) travestis, 10 (3,9%) não binárias, 3 (1,2%) sem gênero; 2 (0,8%) queer; 1 (0,4%) cross-dresser, 4 (1,5%) outra e 4 (1,5%) não informaram. Quanto à escolaridade, 21 (8,2%) possuem o fundamental incompleto, (2,3%) fundamental completo, 19 (7,4%) médio incompleto, 87 (34,1%) médio completo; 70 (27,4%) superior incompleto, 37 (14,5%) superior completo, 8 (3,1%) com pós-graduação e 7 (2,7%) não informaram. Quanto a procedência, 105 (41,2%) moram na capital (São Paulo) e 143 (56,1%) fora. Em relação à orientação sexual, 137 (53,7%) se declararam heterossexuais, 22 (8,6%) bissexuais, 17 (6,7%) homossexuais, 7 (2,7%) assexuais, 4 (1,6%) pansexuais, 6 (2,4%) com outras orientações e 62 (24,3%) não informaram. Do total, 41 (16%) eram estudantes, 38 (14,9%) trabalhadores(as) de serviços, 30 (11,7%) do comércio, 19 (7,4%) desempregadas, 17 (6,6%) trabalham como técnicas de nível médio, 16 (6,2%) na indústria, 12 (4,7%) em serviço administrativo, 12 (4,7%) e 11 (4,3%) como profissionais das ciências sociais ou humanas e ciências biológicas ou da saúde respectivamente, 10 (3,9%) educadoras, 7 (2,7%) do lar; 4 (1,5%) trabalhadoras da lavoura, 23 (9%) em outras ocupações e 15 (5,9%) não informaram. Três pessoas declararam serem trabalhadoras do sexo. Quanto aos procedimentos realizados previamente, 139 (54,5%) fizeram hormonização sem orientação de profissional de saúde, das quais 83 (59,7%) eram mulheres trans, 34 (24,4%) homens trans, 14 (10,0%) travestis, 4 (2,8%) pessoas de gênero não binário e outras 4 com outra identidade. Do total, 25 pessoas (9,8%) relataram a aplicação de silicone industrial. Quanto às demandas em saúde, a busca na clínica pela endocrinologia e saúde mental (psicologia e psiquiatria), e a mastectomia e neovulvovaginoplastia na cirurgia, foram as mais procuradas. **Conclusões:** A experiência de equipe do NTU reconhece a importância da atenção primária transdisciplinar como porta de entrada para o atendimento de pessoas trans, e da atenção especializada ofertada em rede, especialmente quando ligado à universidade, na produção de conhecimento e formação de profissionais, garantindo maior suporte em situações de demandas complexas, contribuindo com a ampliação do atendimento integral e com o acesso aos equipamentos de saúde específicos.

Palavras-chave: pessoa trans, saúde, atenção especializada, singularidade, integralidade do cuidado.

Introdução

O ambulatório do Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina da Universidade Federal de São Paulo – Núcleo TransUnifesp (NTU), situado no Campus São Paulo da Unifesp, foi inaugurado em março de 2017. Esse serviço surgiu de uma iniciativa e demandas do corpo discente, docente e de técnicos(as) de origem multicampi e multidepartamental com atividades extensionistas ligadas às questões de Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), que, em diálogo com os movimentos sociais envolvidos com a causa LGBTQIA+ desde o seu princípio, desenvolveram inúmeras ações institucionais de combate à LGBTQIAfobia, inclusive, a criação de um serviço com profissionais habilitados(as) e parque de equipamentos de saúde voltados às demandas dessa população.

O NTU tem desenvolvido um conjunto de atividades interprofissionais e transdisciplinares de estudo em transgeneridades e intersexualidade, com enfoque na produção de conhecimento, acolhimento, promoção de saúde e cidadania da população trans e intersexo. Em 2020, com o crescimento das atividades acadêmicas intramuros do NTU com estudantes de graduação, residência médica, pós-graduação e pesquisa e, extramuros, com o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil e diversas entidades (CRT DST/Aids SMS-SP, SPDM, ABRASITTI, ANTRA, IBRAT, ABGLT, ABRAI, Alesp, DPU e Sesc), tornou-se um órgão complementar da universidade vinculado à ProEC. Como um dos pilares que constitui o NTU, o ambulatório especializado de atenção à pessoa trans, travesti e com vivências de variabilidade de gênero ligado ao SUS tem sistematicamente contribuído para a produção de cuidados, matriciamento e compartilhamento de conhecimento, práticas e experiências, assim como sendo parte de comitês específicos de elaboração de protocolos, diretrizes, condutas ou normas técnicas de ações de promoção de saúde para a população trans.

O ambulatório do NTU dispõe de profissionais de diferentes áreas que atuam de forma transdisciplinar e as atividades possuem como diretriz o cuidado singularizado e com perspectiva despatologizante. No entanto, vale ressaltar que o ambulatório não é um serviço com regime de porta aberta e atende pessoas encaminhadas via sistema da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS).

A equipe de atendimento é composta por um pequeno grupo fixo de profissionais com vínculo institucional; entretanto, residentes, bolsistas, estagiários(as), pós-graduandos(as) e profissionais de saúde voluntários(as) rodiziam de tempos em tempos, gerando, dessa forma, uma mudança previsível no quadro de profissionais que atuam nos variados tipos de atendimento e contribuindo para um ambiente de criatividade, inovação e aprendizagem constantes. Profissionais das seguintes áreas atuam (ou atuaram) no ambulatório:

endocrinologia, enfermagem, cirurgia plástica, fonoaudiologia, ginecologia, medicina de família e comunidade, nutrição, psicologia, psiquiatria, serviço social, terapia ocupacional e urologia.

A criação desse serviço vai ao encontro das diretrizes do Ministério da Saúde, veiculadas pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e vem preencher uma lacuna ainda existente na atenção a essa população, que, mesmo após a regularização do “processo transexualizador” no Sistema Único de Saúde (SUS), ainda sofre com a dificuldade de acesso aos serviços públicos pela insuficiência destes e pela falta de treinamento específico de profissionais para atender essa demanda.^{1,2} A população trans possui em geral uma maior vulnerabilidade, estando sujeita a situações de violência, incluindo transfobia institucional em serviços de saúde, o que pode gerar relutância dessa população em buscar ajuda profissional.³

A estimativa de prevalência de pessoas trans e não binárias no Brasil apontam para 0,69% e 1,19% da população, respectivamente;³ os dois índices perfazem juntos quase 2% da população geral, constituindo, portanto, um grande contingente de indivíduos. Estima-se que no Reino Unido, esse número seja de 1%⁴ e no Canadá, 0,35%, de acordo com o censo de 2019.⁵ Todavia, no Brasil, o censo populacional ainda não contempla a variável sobre identidade de gênero e os dados epidemiológicos referentes à população trans podem estar subestimados; além da escassez de estudos nessa área.⁶

De acordo com o projeto Trans Murder Monitoring,⁷ entre 2008 e 2018, a América Latina e Caribe foram as regiões do mundo com maiores incidências de violência contra pessoas trans – 78,8% dos assassinatos, por exemplo, ocorreram nessas regiões. E segundo o dossiê de 2023 da Antra, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil foi o país com o maior número absoluto de assassinatos de pessoas trans.⁸ As pessoas trans e travestis sofrem várias formas de violências decorrentes da discriminação, marginalização, estigma e exclusão social, os quais também estão associados a evasão escolar e baixa inserção no mercado formal de trabalho; e afetam negativamente a qualidade de vida, a saúde psicossocial e as condições socioeconômicas.^{3,6,9}

Tendo em vista essa realidade, melhorar o acesso de pessoas trans ao cuidado à saúde, proporcionar treinamento para profissionais de saúde sobre essa temática e estabelecer locais de atendimento são intervenções promissoras para a redução do estigma e melhoria da saúde e qualidade de vida dessa população. Dentro dessa perspectiva, nosso estudo abordará o perfil sociodemográfico e as demandas de atendimento da população trans atendida em um serviço SUS de atendimento especializado e transdisciplinar desenvolvido em ambiente universitário.

Material e métodos

Este é um estudo transversal e descritivo das características de todas as pessoas atendidas no ambulatório do NTU desde sua inauguração em 2017 até agosto de 2022. As informações do presente estudo foram obtidas das fichas de cadastro para acolhimento (autorrelato) preenchidas por cada usuário(a) e entregues ao serviço no primeiro contato com a instituição.

O instrumento utilizado foi uma ficha desenvolvida pela equipe do serviço, que compreendeu as seguintes variáveis: idade, identidade de gênero, raça/cor, retificação ou não dos documentos, procedência, escolaridade, empregabilidade, estado civil, orientação sexual, religião, especialidades profissionais que a pessoa tivesse interesse por atendimento ambulatorial ou cirúrgicas.

Em relação aos dados avaliados, realizaram-se estatísticas descritivas que serão apresentadas como frequências simples e percentuais.

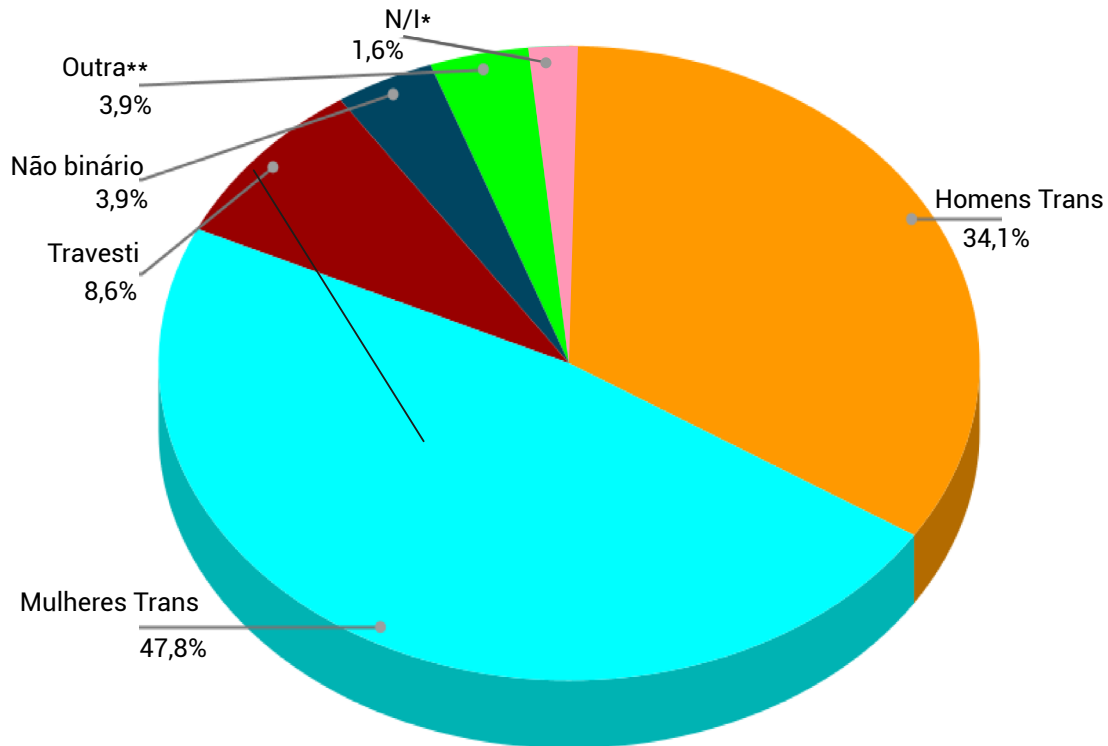
Resultados

A amostra total do presente estudo é de 255 pessoas, com idade variando de 18 a 73 anos e média de 29,8 anos. Do total da amostra, 109 pessoas declararam já terem feito a retificação de seus documentos, o que equivale a 42,5%; 133 (52,1%) ainda não tinham realizado a retificação e 13 (5,0%) não informaram.

No que se refere à categoria raça/cor, 143 (56,0%) pessoas se declararam brancas; 66 (25,8%) pardas; 29 (11,3%) pretas; quatro (1,5%) amarelas; e três (1,1%) indígenas. De 10 (3,9%) pessoas não foi possível obter essa informação. Desse total, 191 (74,9%) são pessoas casadas, 48 (18,9%) solteiras e 16 (6,2%) não forneceram essa informação.

Em relação à identidade de gênero autodeclarada ([Gráfico 1](#)), os resultados foram os seguintes: 122 (47,8%) pessoas da amostra são mulheres trans; 87 (34,1%) homens trans; 22 (8,6%) travestis; 10 (3,9%) não binárias; três (1,2%) sem gênero; duas (0,8%) *queer*; uma (0,4%) *cross-dresser*; e quatro (1,5%) nomearam sua identidade de gênero como "outra". Quatro pessoas (1,5%) não informaram esse dado. A [Tabela 1](#) mostra os dados da idade, separados por identidade de gênero.

Gráfico 1. Distribuição das pessoas atendidas no ambulatório do Núcleo TransUnifesp segundo a identidade de gênero autodeclarada por ocasião do primeiro acolhimento no serviço especializado.



Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fechio, Zappitelli & Admoni, 2022).

Tabela 1. Distribuição da população trans atendida segundo a identidade de gênero autodeclarada e média de idade.

| | T o t a l (N = 255) | H o m e n s trans (N = 87) | M u l h e r e s trans (N = 122) | Travestis (N = 22) | N / I (N = 10) | O u t r a s ** (N = 10) |
|--------------------------|------------------------|-------------------------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------|----------------------------|
| Variação da idade | 18 - 73 anos 29,8 | 18-68 anos 24,5 | 18-73 anos 34,1 | 21-66 anos 32,3 | 20-46 anos 25,8 | 19-68 anos 33,9 |
| Média da idade | N/I*: 6 | N/I*: 3 | N/I*: 3 | N/I*: 0 | N/I*: 0 | N/I*: 0 |

Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fechio, Zappitelli & Admoni, 2022).

*N/I: pessoas que não informaram a idade.

**Outras: queer, sem gênero, cross-dresser e outras identidades.

Quanto à escolaridade, evidenciou-se que, das 255 pessoas da amostra, 21 (8,2%) possuem ensino fundamental incompleto; (2,3%) ensino fundamental completo; 19 (7,4%), ensino médio incompleto; 87 (34,1%) ensino médio completo; 70 (27,4%), ensino superior incompleto; 37 (14,5%) ensino superior completo; e oito (3,1%) pessoas com pós-graduação. Sete (2,7%) pessoas não informaram essa resposta. Na [Tabela 2](#), os dados de escolaridade são mostrados estratificados por identidade de gênero.

Tabela 2. Distribuição da população trans atendida segundo a identidade de gênero autodeclarada e escolaridade.

| Identidade de gênero | Homens trans | Mulheres trans | Travestis | Não binários | Outras** | Identidade de gênero não informada |
|------------------------|--------------|----------------|-----------|--------------|-----------|------------------------------------|
| | (N = 87) | (N = 122) | (N = 22) | (N = 10) | (N = 10) | (N = 4) |
| | Escolaridade | | | | | |
| Fundamental incompleto | 4 (4,6%) | 16 (13,1%) | 1 (4,5%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) |
| Fundamental completo | 0 (0,0%) | 4 (3,2%) | 2 (9,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) |
| Médio incompleto | 6 (6,9%) | 11 (9,0%) | 2 (9,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) |
| Médio completo | 27 (31,0%) | 46 (37,7%) | 7 (31,8%) | 1 (10,0%) | 5 (50,0%) | 1 (25,0%) |
| Superior incompleto | 31 (35,6%) | 23 (18,8%) | 5 (22,7%) | 8 (80,0%) | 3 (30,0%) | 0 (0,0%) |
| Superior completo | 13 (14,9%) | 18 (14,7%) | 3 (13,6%) | 1 (10,0%) | 2 (20,0%) | 0 (0,0%) |
| Pós-graduação | 3 (1,0%) | 3 (2,4%) | 2 (9,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) |
| N/I* | 3 (1,0%) | 1 (0,8%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 0 (0,0%) | 3 (75,0%) |

Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fechio, Zappitelli & Admoni, 2022).

*N/I = não informado.

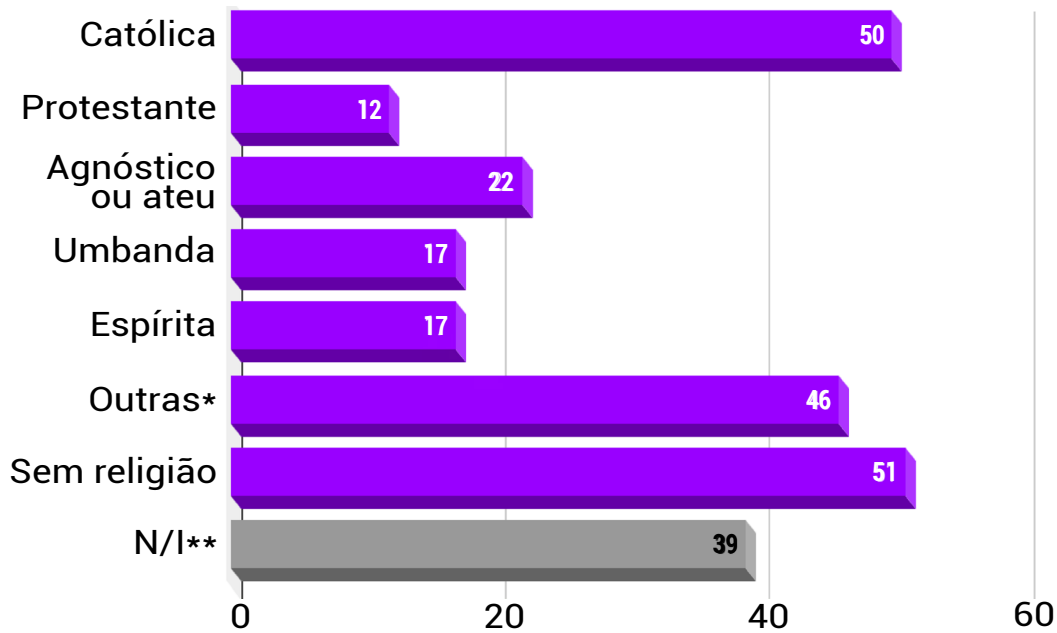
**Outras = *queer*, sem gênero, *cross-dresser* e outras identidades.

Outra variável estudada foi a procedência das pessoas incluídas na amostra; do total, 105 (41,2%) moram na cidade de São Paulo, 143 (56,1%) de fora da capital paulista, sendo 64 (25%) da região metropolitana, e sete (2,7%) pessoas não forneceram essa informação.

Em relação à orientação sexual, obtiveram-se a seguinte distribuição: 137 (53,7%) pessoas se declararam heterossexuais; 22 (8,6%) bissexuais; 17 (6,7%) homossexuais; sete (2,7%) assexuais; 4 (1,6%) pansexuais, 6 (2,4%) com outras orientações sexuais como demissexual e ginessexual, e 62 (24,3%) não informaram.

Outros dois aspectos avaliados na amostra foram as religiões referidas, demonstradas no [Gráfico 2](#), e as ocupações no momento da coleta de dados.

Gráfico 2. Distribuição da população trans atendida segundo o tipo de religião informada.



Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fecho, Zappitelli & Admoni, 2022).

Das pessoas atendidas, 41 (16%) referiram ser estudantes; 38 (14,9%) como trabalhadores(as) de serviços (embelezamento, alimentação e doméstico); 30 (11,7%) se enquadram na classificação de vendedoras do comércio em lojas e mercados; 19 (7,4%) declararam estar desempregadas; 17 (6,6%) trabalham como técnicas de nível médio (administrativo); 16 (6,2%) como trabalhadoras da produção de bens e serviços industriais; 12 (4,7%), como trabalhadoras de serviços administrativos (atendimento ao público); 12 (4,7%) como profissionais das ciências sociais e humanas; 11 (4,3%) como profissionais das ciências biológicas e da saúde; 10 (3,9%) como profissionais do ensino; 7 (2,7%) do lar; 4 (1,5%) são trabalhadoras da zona rural (lavoura); 23 (9%) referiram outras ocupações; e 15 (5,9%) não forneceram esse dado. Dentro de uma dessas categorias, apenas 3 pessoas declararam serem trabalhadoras do sexo.

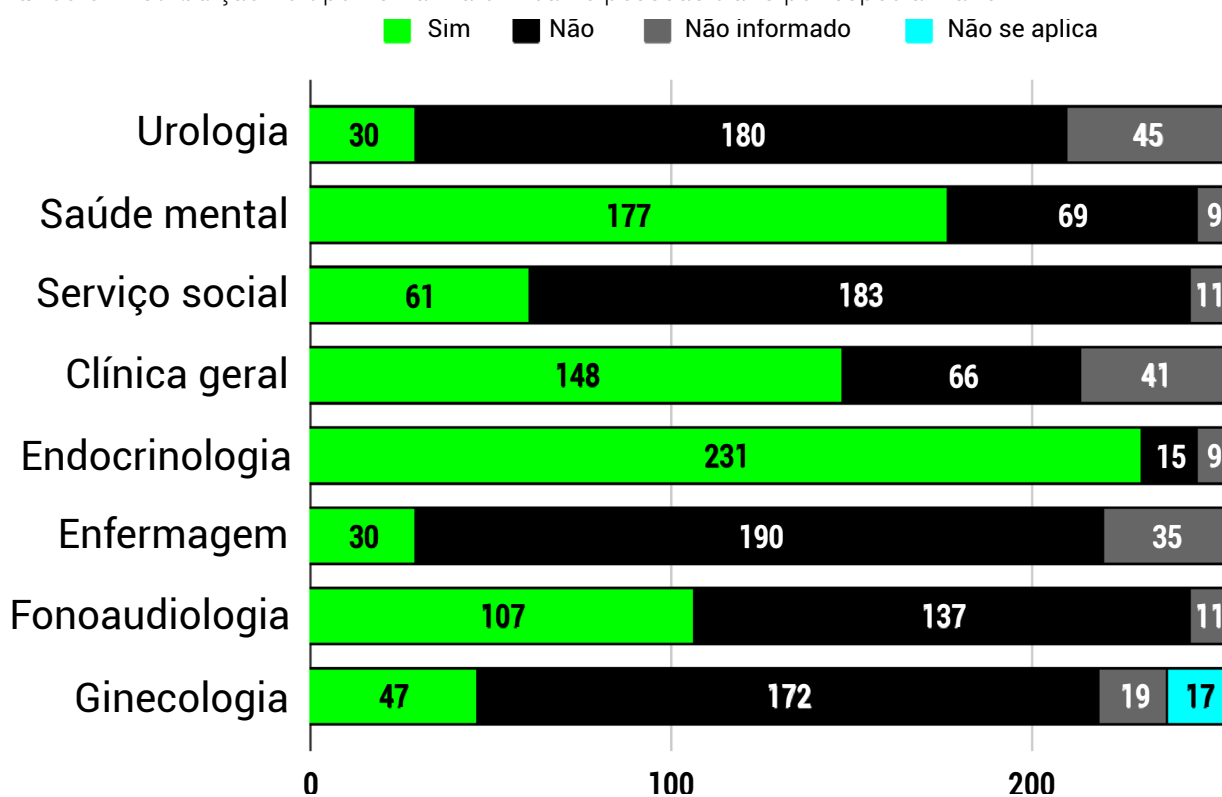
As pessoas participantes relataram a existência ou não de procedimentos realizados anteriormente à entrada no ambulatório do NTU. Dessas, 139 (54,5%) referiram ter feito hormonização prévia sem orientação de profissional de saúde, das quais 83 (59,7%) eram mulheres trans; 34 (24,4%) homens trans; 14 (10,0%) travestis; quatro (2,8%) pessoas de gênero não binário; e quatro (2,8%) declararam outra identidade de gênero. E ainda: 103 (40,4%) negaram ter feito tal uso anteriormente e 13 (5,0%) pessoas não informaram. Outra intervenção realizada antes da entrada no serviço mencionada foi o uso de silicone industrial, que ocorreu em 25 pessoas (9,8%) sendo 18 mulheres trans, 2 travestis, 3 homens trans, 1

pessoa de gênero não binário e 1 pessoa que referiu outra identidade de gênero. Quatorze pessoas (5,5%) não forneceram essa informação. O restante, isto é, 216 (84,7%), negou ter realizado a aplicação de silicone industrial.

E, finalmente, há ainda uma outra seção de dados coletados concernentes às demandas clínicas e cirúrgicas pretendidas pela população atendida. As demandas clínicas por especialidade são apresentadas no Gráfico 3 e as cirúrgicas no [Gráfico 4](#)

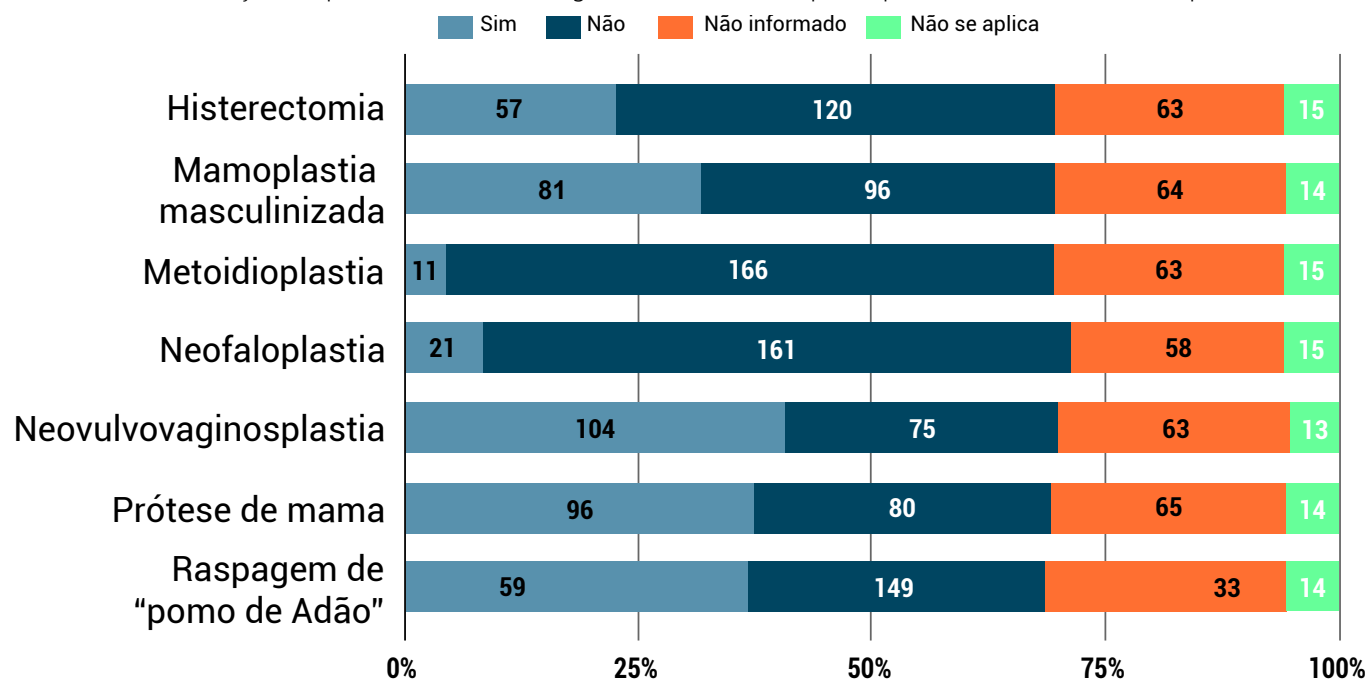
Onze pessoas solicitaram outras cirurgias. Entre estas, nove solicitaram cirurgias plásticas faciais e duas, cirurgias na região glútea.

Gráfico 3. Distribuição do tipo demanda clínica de pessoas trans por especialidade.



Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fecho, Zappitelli & Admoni, 2022).

Gráfico 4. Distribuição de procedimentos cirúrgicos demandados pelas pessoas trans atendidas pelo NTU.



Fonte: Dados do Ambulatório do Núcleo TransUnifesp (Oliveira; Fecho, Zappitelli & Admoni, 2022).

Discussão

Por se tratar de estudo descritivo e de conveniência, não se pode estabelecer relações de causalidade nem generalizar os dados para essa e/ou outras populações. No entanto, a partir desses dados, pode-se comparar com outras amostras, para avaliar convergência com o que é demonstrado em outros estudos. Os dados foram coletados por meio de ficha preenchida por autorrelato, o que pode gerar viés de preenchimento, assim como incompletude de informações sobre as variáveis presentes no questionário.

Em agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a mudança de prenome e sexo/gênero no registro civil das pessoas trans diretamente no cartório, sem necessidade de apresentação de relatórios, realização de procedimentos cirúrgicos, ou de processo judicial como era exigido anteriormente.¹⁰ Observando-se os resultados do presente estudo, 52,1% das pessoas atendidas no ambulatório do NTU não realizou a retificação de registro civil, o que pode apontar para a existência ainda de dificuldades para a efetivação dessa medida, que podem estar associadas também aos custos cartoriais e das certidões.

Em relação ao direito ao uso do nome escolhido, o respaldo legal para o uso do nome social e o direito de requerer a mudança no registro civil são elementos significativos no processo de transição social de gênero, porém o preconceito ainda é presente em vários segmentos da

sociedade, incluindo de profissionais de saúde, que, muitas vezes, perpetuam a transfobia estrutural e institucional e, que entre outras violências, apresentam resistências em respeitar o nome social, o pronome e a identidade de gênero das pessoas que buscam os serviços.¹

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, em 2020, lançou um protocolo de atendimento às pessoas trans e travestis com o objetivo de auxiliar a atenção básica no cuidado integral e humanizado, cumprindo papel estratégico na rede de atenção.¹¹ Essas medidas de políticas em saúde são de extrema importância na melhoria de atendimento a essa população, porém não estão presentes em todo o território nacional e a falta delas gera dificuldades para o acolhimento e acompanhamento de cuidados em saúde. Ao avaliar os resultados referentes à procedência das pessoas atendidas, observamos que 56,1% delas residem fora da cidade de São Paulo e buscam atendimento na capital, provavelmente devido à falta de acesso aos serviços básicos e especializados de saúde em suas regiões. Segundo resultados obtidos pelo Projeto Muriel do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde LGBTQ+ (NUDHES), entre 2014 e 2015 a maioria das pessoas entrevistadas já não morava na cidade onde nasceu e dois eram os principais motivos: buscar emprego e conseguir realizar as modificações corporais.¹²

Ao comparar ainda os dados sociodemográficos, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2019, 42,7% da população brasileira se declarou branca, 46,8% parda, 9,4% preta e 1,1% amarela ou indígena (13). Em relação ao Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo (10), 38% se declararam de cor branca, a maioria (57%) se autodeclarou de cor preta ou parda (23% e 34% respectivamente), 2% amarela e 3% indígena. Observando os resultados do NTU, 56% do número total se declarou de cor branca, 25,8% parda, 11,3% preta e 1,5% amarela e indígena (1,1%). A amostra do presente estudo, em comparação ao PNAD e aos dados do Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo, apresenta proporção menor de pessoas que se declararam de cor preta e parda, evidenciando maior acesso de pessoas de cor branca a esse serviço especializado.

Com relação à religião, a maior porcentagem de pessoas se diz sem religião, agnóstica ou atea (28,6%), e, das que possuem religião, a maior porcentagem é a católica (19,6%). No mapeamento realizado com a população trans em São Paulo, 39% da população entrevistada declarou não pertencer a nenhuma religião, e as religiões de umbanda e candomblé foram prevalentes entre as pessoas que se declararam religiosas (23%),¹⁰ dados que se distinguem dos resultados encontrados nesta amostra. Observa-se que esta variável é pouco abordada em estudos recentes, com poucos dados comparativos, o que limita as comparações referentes a esse tema.

Segundo os dados do IBGE no Brasil, em 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo.¹³ Na amostra do serviço estudado, como pode-se observar na Tabela 2, 79,1% das pessoas possuem ensino médio completo indicando uma discrepância em relação aos dados da população geral e aos resultados do estudo Projeto Muriel, o qual demonstrou que 50,68% (de uma amostra com 673 pessoas trans) não completaram o ensino médio, sendo a maior porcentagem de mulheres trans. Mulheres trans possuem 4,12 vezes mais chances de evadir o sistema educacional antes de finalizar o ensino médio, sendo que travestis eram ainda menos prováveis de completarem o ensino médio.¹² Em nossa amostra, verifica-se que entre pessoas com identidade de gênero não-binário, 100% têm ensino médio completo.

Rutherford *et al.* (2021) identificou que, no Canadá, a despeito de ter uma amostra com bom nível de escolaridade, a população trans enfrenta altas taxas de pobreza e falta de moradia.⁶ Os dados de raça/cor da amostra do ambulatório, juntamente com os níveis de escolaridade, mostram um perfil de pessoas atendidas com melhor nível socioeconômico. No entanto, vale ressaltar que, um dos fatores para essa disparidade pode ser devido ao serviço ser dentro de uma universidade e estudantes da instituição terem conhecimento da existência do ambulatório e buscarem por atendimento, além do fato de que as pessoas mais vulnerabilizadas terem mais dificuldade de acesso aos cuidados em saúde.

Independente do nível de escolaridade indicado, a maioria das pessoas está empregada, tanto em trabalhos formais quanto informais, os quais podem ser agrupados entre as profissões mais relatadas pela população de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).¹⁴ A ocupação mais frequente é a de estudante, algo esperado pela média de faixa etária, seguida de trabalhadores(as) dos serviços de embelezamento, alimentação, domésticos e trabalhadores(as) dos serviços de vendedores(as) do comércio em lojas e mercados. Os dados são compatíveis com o mapeamento realizado com população trans de São Paulo, que demonstra também uma maior empregabilidade em todas as identidades de gênero abordadas no estudo.¹⁰ Apesar dos resultados positivos quanto à empregabilidade da população estudada, os resultados do Projeto Muriel demonstram que a inserção das pessoas trans no mercado de trabalho ainda é precária, com desemprego duas vezes maior que o valor estimado para a população geral do estado de São Paulo, o que reflete também nos indicadores de saúde.^{12,15}

Em relação aos aspectos de demandas em saúde, a busca por especialidades no ambulatório do NTU, sinalizam uma grande demanda da população estudada para as áreas de endocrinologia e saúde mental (psicologia e psiquiatria). No entanto, é necessário destacar que 54,5% das 255 pessoas participantes, já tinham realizado hormonização por automedicação.

Entende-se que a escassa rede de serviços de saúde capacitados, a desinformação, a falta de padronização de atendimentos e o acompanhamento longitudinal precário são fatores que corroboram o uso indiscriminado das medicações.¹⁶

Quanto ao uso do silicone industrial, 25 pessoas atendidas no ambulatório do NTU relataram ter feito o uso, sendo que 80% destas eram mulheres trans e travestis. Em um estudo realizado com 576 pessoas (293 mulheres trans e 283 travestis) em São Paulo, alguns fatores como escolaridade inferior ao ensino superior, identificação como travesti, faixa etária a partir dos 20 anos (51,4% injetaram entre 20 e 29 anos), e prostituição foram associados à utilização do silicone industrial (17); esses dados divergem do perfil da amostra do estudo do NTU, o que pode explicar o número baixo de pessoas que utilizaram o silicone industrial na nossa amostra.

De acordo com Chinazzo *et al.* (2021), grupos socialmente vulnerabilizados possuem mais desfechos negativos em saúde mental e, em sua pesquisa, identificaram que a prevalência de depressão, ideação e tentativa de suicídio são maiores do que na população em geral. Assim como, estão associadas ao estresse de minoria e ao preconceito.⁹ Um estudo de caso-controlado realizado nos Estados Unidos estratificou 10 diagnósticos mais prevalentes nessa população, entre eles depressão, transtorno do estresse pós-traumático e morte por suicídio.¹⁸ Herman, Brown and Haas (2019) relataram uma maior prevalência de transtornos mentais, com taxa de 50% de diagnóstico de depressão e ansiedade na população trans, comparada a 20% na população geral, e que 41% da população estudada já tentou suicídio.¹⁹ Isso indica a vulnerabilidade social das pessoas trans, que são vítimas do preconceito e da discriminação social, sofrendo o estresse de minoria.⁹ No ambulatório do NTU, a busca por atendimento da psicologia e psiquiatria foi relativamente alta, o que pode indicar desejo das pessoas por acompanhamento em saúde mental. Porém, também, pode indicar crença sobre ser necessário esse tipo de atendimento para conseguirem relatório para a realização de procedimentos para as transformações corporais desejadas.

É importante ressaltar que a transgeneridade, travestilidade e transexualidade não constituem condições psicopatológicas,²⁰ e que o movimento para a despatologização foi parte essencial para que a OMS retirasse as identidades trans do capítulo de transtornos mentais da décima primeira versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11).

Entende-se que a atenção primária é a porta de entrada ao SUS, e grande parte das pessoas trans dependem exclusivamente da rede pública de saúde. Porém, ainda há barreiras no acolhimento e acesso de pessoas trans e travestis, principalmente em regiões fora da capital, com episódios de discriminação que acentuam vulnerabilidades já sofridas por essa população.²¹ Nesse sentido, um serviço especializado ligado a uma universidade tem importância como

polo agregador, de desenvolvimento de conhecimento e de suporte em situações de maior complexidade e de dificuldade de manejo na atenção básica.

Agradecimentos

Ao pessoal de recepção do Ambulatório NTU - Ester Almeida e Evanildo Lima, à gerência de hospitalidade do Hospital São Paulo e à equipe de profissionais e residentes da endocrinologia, enfermagem, cirurgia plástica, fonoaudiologia, ginecologia, nutrição, psicologia, psiquiatria, serviço social, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e medicina da família e comunidade.

Referências

1. Monteiro S; Brigadeiro M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*, 2019; 35(4).
2. Renner J; Täuber L; Nieder TO. Need for Inclusive Consideration of Transgender and Gender Diverse People in E-Health Services: A Systematic Review. *J Clin Med.*, 18 fev. 2022; 11(4):1090.
3. Spizzirri G. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Sci Rep.* 26 dez. 2021; 11(1):2240.
4. Mikulak M. et al. Health professionals' identified barriers to trans health care: A qualitative interview study. *Br J Gen Pract.* 2021; 71(713):E941-7.
5. Scheim AI; Coleman T; Lachowsky N; Bauer GR. Health care access among transgender and nonbinary people in Canada, 2019: a cross-sectional survey. *C open.* 2021; 9(4): E1213-22.
6. Rutherford L. et al. Health and well-being of trans and non-binary participants in a community-based survey of gay, bisexual, and queer men, and non-binary and two-spirit people across Canada. *PLoS One [Internet]*. 2021; 16(2 February):1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0246525>.
7. Transrespect versus Transphobia Worldwide (Org.). 2982 reported murders of trans and gender-diverse people between 1 January 2008 and 30 September 2018. *Trans Murder Monitoring (TMM)*, 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf> Acesso: 01/03/2023.
8. Benevides BG. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2.
9. Chinazzo IR; Lobato MIR; Nardi HC; Koller SH; Saadeh A; Costa AB. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, out. 2021; 5045-56. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 fev. 2023.

10. CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.
11. São Paulo (SP). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. “Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo”, Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, 2020: Julho – p.133. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.
12. NUDHES – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde LGBT+. Projeto Muriel. Disponível em: <<https://www.nudhes.com/projeto-muriel>> Acesso em: 25 fev. 2023.
13. Dados sociodemográficos IBGE [Internet]. Disponível em: www.ibge.gov.br
14. Classificação Brasileira de Ocupações [Internet]. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>
15. Al. MA et. Situação de uma população de Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo no mercado de trabalho. In: Anais do Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 2017, Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2017.
16. Augusto RM; Oliveira DC; Polidoro M. Descrição de medicamentos prescritos para a terapia hormonal em serviços de saúde especializados para transexuais e travestis no Rio Grande do Sul, 2020. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2022; 31(1).
17. Pinto TP. et al. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2017; 33(7). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/CqPcZNpvnzwwsRfHbtLj4fM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
18. Brown GR; Jones KT. Mental Health and Medical Health Disparities in 5135 Transgender Veterans Receiving Healthcare in the Veterans Health Administration: A Case-Control Study. LGBT Heal. bril de 2016; 3(2):122-31.
19. Herman A; Brown JL; Haas TN. Suicide Thoughts and Attempts Among Transgender Adults: Findings from the 2015 U.S. Transgender Survey. 2019;1-35. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1812g3hm>. Acesso em: 25 fev. 2023.
20. Conselho Federal de Psicologia (2013). Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-técnica-processo-Trans.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2023.
21. Al. OLRf et. Acesso aos serviços de saúde por travestis e transexuais residentes no estado de São Paulo. In: Anais do Congresso Brasileiro de Epidemiologia, 2017, Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2017.

Contribuição dos autores

Concepção e delineamento: Adriano Guimarães Brasolin, Camillo de Souza Miranda Lima, Denise Leite Vieira, Magnus R. Dias da Silva, Natalia Tenore Rocha e Renata Rangel Azevedo; Análise e Interpretação de dados: Danielle Herszenhorn Admoni, Marcelo C. Zappitelli, Nicole de Moraes Fechio e Nathan Lyrio de Oliveira; Redação do manuscrito: Danielle Herszenhorn Admoni, Denise Leite Vieira, Ísis Gois, Marcelo C. Zappitelli, Nicole de Moraes Fechio e Nathan Lyrio de Oliveira; Revisão crítica intelectual: Denise Leite Vieira, Ísis Gois e Magnus R. Dias da Silva.

Aprovação dos autores

Os autores participaram efetivamente do trabalho, aprovam a versão final do manuscrito para publicação e assumem total responsabilidade por todos os seus aspectos, garantindo que as informações sejam precisas e confiáveis.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesse de natureza política, comercial e financeira no manuscrito.

Financiamento

Os autores declaram que não houve fontes de financiam